O local de trabalho situa-se na área do município de Alcanena e as condições de trabalhos são as genericamente vigentes para todos os funcionários desta autarquia.

Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Requisitos especiais — os estabelecidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

Funções a desempenhar — as inerentes ao conteúdo funcional de um técnico superior de arquitectura, Despacho n.º 6871/2002 (publicado no *Diário da República*, 2.ª série) datado de 3 de Abril de 2002.

Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara entregue pessoalmente no Sector de Recursos Humanos ou remetidas por correio, acompanhado de aviso de recepção, desde que expedido até ao termo do prazo fixado para a Câmara Municipal de Alcanena, Praça de 8 de Maio, 2380-037 Alcanena.

Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do candidato (nome, filiação, nacionalidade, estado civil, data de nascimento, habilitações literárias e profissionais, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência, incluindo o código postal e telefone);
- Identificação do concurso a que se candidata; e
- Quaisquer outros elementos que os candidatos pretendam apresentar para melhor apreciação do seu mérito.

Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados de:

- Curriculum vitae*;
- Fotocópia de documento autêntico ou autenticado comprovando as habilitações literárias e ou qualificação profissional exigida;
- Declaração passada pelos serviços, comprovando a categoria onde estão inseridos, as funções que exercem, o tempo de serviço na Administração Pública e na respectiva categoria;
- Fotocópias do bilhete de identidade e número de contribuinte;
- Os funcionários pertencentes a esta Câmara estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do respectivo processo individual.

A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigíveis, constantes do aviso de abertura de concurso, determina a exclusão do concurso.

Métodos de selecção — os métodos de selecção são constituídos de avaliação curricular (*AC*) e entrevista profissional de selecção (*EPS*).

a) Avaliação curricular — visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto e efectua-se de acordo com a seguinte fórmula:

Habilitações académicas (*HA*), será atribuída a classificação obtida no certificado de habilitações;

Experiência profissional (*EP*), a determinação deste factor será pontuado da seguinte forma:

- 1 a 3 anos de experiência profissional na área — 12 valores;
- 4 a 6 anos de experiência profissional na área — 14 valores;
- 7 a 9 anos de experiência profissional na área — 16 valores;
- 9 a 12 anos de experiência profissional na área — 18 valores;
- Mais de 12 anos de experiência profissional na área — 20 valores.

Formação profissional (*FP*), neste factor são valorizados cursos de formação relacionados com a área de engenharia civil, e serão valorizados da seguinte forma:

- Sem acções de formação — 10 valores;
- Frequência de 2 a 3 acções de formação — 14 valores;
- Frequência de 4 a 6 acções de formação — 16 valores;
- Frequência de 6 a 10 acções de formação — 18 valores;
- Frequência de mais de 10 acções de formação — 20 valores.

A classificação final da avaliação curricular, deriva da média aritmética simples das classificações atribuídas aos três factores, conforme fórmula infra-referida:

$$AC = \frac{HA + EP + FP}{3}$$

b) Entrevista profissional de selecção — a entrevista profissional de selecção, a qual terá a duração máxima de trinta minutos, visa avaliar, numa relação inter pessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

Na entrevista profissional de selecção, os candidatos vão ser avaliados tendo em conta dois factores:

Conhecimentos profissionais (*CP*) na respectiva especialidade; e
Capacidade de resolução de problemas (*CRP*), sendo ponderada a celeridade e qualidade de resposta do candidato perante um determinado problema equacionado.

A classificação dos candidatos na entrevista profissional de selecção será a resultante da seguinte fórmula:

$$EPS = \frac{CP + CRP}{2}$$

A classificação final dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas na avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

Consideram-se não aprovados os candidatos que na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

De acordo com a alínea g) do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o sistema de classificação final, consta da acta das reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

A publicação da relação de candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final serão afixadas no edifício dos Paços do Município, sito na Praça de 8 de Maio, 2380-037 Alcanena.

O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Luís Manuel da Silva Azevedo, presidente da Câmara. Vogais efectivos:

Eduardo Marcelino Ramalho Camacho, vice-presidente e vereador a tempo inteiro nesta Câmara Municipal, e Horácio Neto Frade da Silva, director do Departamento Técnico, desta Câmara Municipal.

Vogais suplentes:

Maria de Lurdes Silva de Sousa Runa, chefe de Divisão de Obras Municipais, e Maria de Fátima Martins Paulino, técnica superior assessor — engenharia civil.

O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

20 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel da Silva Azevedo*. 3000220800

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE

Aviso

Discussão pública

Alteração ao alvará n.º 29/82

Torna-se público, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra em discussão pública o pedido de alteração à licença de loteamento, titulada pelo alvará n.º 29/82, a requerimento de Joaquim Martins Teixeira Coelho, residente no lugar de Chãos, freguesia de Fregim, concelho de Amarante, número de identificação fiscal 100206875, na qualidade de proprietário do lote n.º 1 do referido alvará de loteamento, sito no lugar Carvalhal, freguesia de Vila Caiz, pelo período de 15 dias, que se inicia 8 dias após a publicação do presente aviso na 3.ª série do *Diário da República*.

Finalidade do pedido:

- Alteração do polígono de implantação;
- Alteração da área de implantação da habitação de 100 m² para 283 m²;
- Alteração da área bruta de construção de 200 m² para 400 m².

O processo administrativo respectivo, com o n.º 57/06 (Altelote) pode ser consultado, todos os dias úteis, dentro das horas normais de expediente, na Repartição Administrativa do Departamento de Urbanismo desta autarquia.

As sugestões, reclamações ou observações que, eventualmente, venham a ser apresentadas, devem ser formuladas através de requerimento escrito dirigido ao presidente da Câmara Municipal, devendo neste constar a identificação completa, os endereços dos seus autores e a qualidade em que se apresentam, as quais deverão ser entregues ou remetidas por correio, sob registo, na Câmara Municipal.

9 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Armando José da Cunha Abreu*.
1000308239

CÂMARA MUNICIPAL DE ANSIÃO

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 27 de Outubro de 2006, foi renovado por um período de 12 meses, o contrato a termo certo, com Maria Teresa Ferreira Reis Freire, para exercer as funções na área de engenharia civil, com efeitos a partir de 22 de Novembro de 2006.

22 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Ribeiro Marques*.
1000308226

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Despacho n.º 717/2006

Recrutamento para cargo de direcção intermédia do 2.º grau/chefe de divisão

Nomeação

Considerando que:

Terminou a aplicação dos métodos de selecção, para o cargo mencionado em epígrafe, aberto por aviso publicado na Bolsa de Emprego Público, disponível na internet, a partir do dia 4 de Setembro de 2006, no *Diário da República*, 2.ª série, parte especial, n.º 167, e no jornal *Público*, em 23 de Agosto de 2006, em conformidade com o estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril;

De acordo com a proposta de nomeação do júri do concurso, constante da acta datada de 10 de Novembro de 2006, após a aplicação dos métodos de selecção, o candidato, Hermínio Nunes da Fonseca, apresenta atributos, experiência e competências que, no seu conjunto, configuram melhores qualidades para o exercício das funções do cargo posto a concurso;

Existe cabimento orçamental, conforme consta da respectiva declaração dos serviços de contabilidade.

Determino, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e pelo n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, a nomeação do candidato, Hermínio Nunes da Fonseca, para o cargo de chefe da Divisão Municipal de Gestão Financeira da Câmara municipal de Benavente.

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, o provimento produz efeitos à data do presente despacho de nomeação.

15 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.

Nota curricular

1 — Identificação:

Nome — Hermínio Nunes da Fonseca.
Data de nascimento — 8 de Março de 1961.

2 — Habilitações literárias:

Curso de Gestão Autárquica — bacharelato;

Licenciatura em Administração Pública e Autárquica;
Pós-graduação em Contabilidade e Finanças Públicas Locais.

2.1 — Formação profissional relevante para o cargo a prover:

Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local.

3 — Experiência profissional:

1984-1987 — adjunto de tesoureiro do quadro da Câmara Municipal de Benavente;

1987-1989 — técnico auxiliar de organização e métodos do quadro da Câmara Municipal de Benavente;

1989-1994 — controlador de trabalho — informática;

1994-2001 — operador de sistema/técnico de informática;

2001-2005 — técnico superior principal de Administração Pública e Autárquica;

Chefe da Divisão Municipal de Gestão Financeira, em regime de substituição;

2005/2006 — técnico superior assessor de Administração Pública e Autárquica;

Chefe da Divisão Municipal de Gestão Financeira, em regime de substituição.

1000308225

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE

Aviso

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 6 de Outubro de 2006, e ao abrigo do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, foi deferido o pedido de licença sem vencimento, por 90 dias, ao funcionário desta autarquia João Miguel Benedito Branco, na categoria de técnico profissional de 1.ª classe (multimédia), com início no dia 15 de Novembro de 2006.

14 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Sousa Caeiros*.
1000308233

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE

Aviso

Renovações de comissões de serviço de chefes de divisão

Para os devidos efeitos se torna público que, por despachos de 25 de Julho de 2006 do presidente da Câmara, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e do n.º 8 do artigo 21.º e artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local por força do artigo 9.º-B do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com a redacção do Decreto-Lei n.º 104/2006, foram renovadas as comissões de serviço pelo período de três anos, a António Luís Alves Veloso — chefe da Divisão de Serviços Urbanos, Água, Saneamento e Meio Ambiente, José Manuel Domingos Marques — chefe da Divisão Administrativa e Financeira, José Manuel Pires Lamas — chefe da Divisão de Obras e Equipamento, a partir do dia 3 de Outubro de 2006.

Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

3 de Outubro de 2006. — O Vereador, com competência delegada, *Nelson Fernando Nunes Galvão*.
1000307076

CÂMARA MUNICIPAL DE ELVAS

Aviso n.º 11/SRH/06

Contratos a termo resolutivo certo e requisição

José Manuel Ferreira Bagorro, vereador da Câmara Municipal de Elvas, no uso de competências que lhe foram delegadas, torna público que, na sequência de despachos do presidente desta autarquia, foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo certo, por um ano renováveis, com fundamento na alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Vítor Manuel Veredas Ca-